

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para os serviços de implantação de poço de monitoramento aquífero de acordo com a NBR 13895, para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Serviços Públicos
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Decreto Municipal 599/2020, combinado com a Lei 8.666/93;
1.4	Período:	Imediato;
1.5	Tipo:	Menor preço global nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DO SERVIÇO

2.2 A empresa contratada deverá prestar os serviços de implantação de 08 (oito) poços de monitoramento do aquífero de acordo com a NBR 13895, no Cemitério São João Batista. Os poços deverão estar localizados próximos (raio de 5 metros) das seguintes coordenadas UTM:

P1 - 23K 754517 m E 7533169 m S;
P2 – 754504 m E 7533125 m S;
P3 – 754489 m E 7533073 m S;
P4 – 754468 m E 7533170 m S;
P5 – 754455 m E 7533126 m S;
P6 – 754438 m E 7533070 m S;
P7 – 754412 m S 7533202 m S;
P8 – 754401 m S 7533160 m S.

2.3 Durante a perfuração dos poços é importante observar a existência de rede de drenagem e/ou esgoto local, em especial no entorno do P4 e P6.

2.4 A empresa deverá apresentar o Relatório de investigação Geoambiental contendo:

2.4.1 Caracterização geomorfológica (geologia básica da área; sondagem mecânica para caracterização da litologia do substrato em número adequado à área e realizada de acordo com a NBR 8036;

2.4.2 Caracterização hidrológica (levantamento topográfico e medição do nível do aquífero dos oito poços, medindo no fim da estação de cheias: dados sobre o



coeficiente de permeabilidade do subsolo; mapa potenciométrico e direção de luxo da água subterrânea);

2.4.3 Caracterização de área contaminada (coleta de amostras de água nos oito poços para análise dos parâmetros de interesse: condutividade elétrica, sólidos totais dissolvidos, pH, cor aparente, cloretos, fosfatos, fosfato total, cromototal, ferro total, nitrogênio amoniacal, coliformes totais, coliformes fecais, bactérias heterotróficas, Clostridium perfringens. DBO e DQO; Resultado das análises laboratoriais emitido por laboratório credenciado; delimitação da pluma de contaminação);

2.4.4 Caso a empresa contratada encontre a necessidade de alteração da localização ou perfuração de novos poços, deverá apresentar justificativa técnica no processo.

2.5 O relatório, bem como a perfuração dos poços deverão ser realizados por empresa especializada. Os profissionais envolvidos deverão emitir anotação de responsabilidade técnica – ART.

2.6 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	Implantação de 08 (oito) poços de monitoramento do aquífero, de acordo com a NBR 13895, no Cemitério São João Batista.	Serviço	Prestação de Serviços imediato.
02	Elaboração de relatório de investigação Geoambiental contendo: Caracterização geomorfológica (geologia básica da área; sondagem mecânica para caracterização da litologia do substrato em número adequado à área e realizada de acordo com a NBR 8036; Caracterização hidrológica (levantamento topográfico e medição do nível do aquífero dos oito poços, medindo no fim da estação de cheias: dados sobre o coeficiente de permeabilidade do subsolo; mapa potenciométrico e direção de luxo da água subterrânea); Caracterização de área contaminada (coleta de amostras de água nos oito poços para análise dos parâmetros de interesse: condutividade elétrica, sólidos totais dissolvidos, pH, cor aparente, cloretos, fosfatos, fosfato total, cromototal, ferro total, nitrogênio amoniacal, coliformes totais, coliformes fecais, bactérias heterotróficas, Clostridium perfringens. DBO e DQO; Resultado das análises laboratoriais emitido por laboratório credenciado; delimitação da pluma de contaminação); Caso a empresa contratada encontre a necessidade de alteração da localização ou	Serviço	Prestação de Serviços imediato.



	perfuração de novos poços, deverá apresentar justificativa técnica no processo.		
--	---	--	--

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação dos serviços de Empresa especializada na implantação de poços de monitoramento do aquífero tem como principal objetivo a obtenção do Licenciamento Ambiental do Cemitério São João Batista.

3.2 O Processo Administrativo n.º 9026/2021, foi aberto por esta Secretaria visando a emissão da Licença Ambiental do referido Cemitério, e os serviços aqui previstos fazem parte de exigência realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, responsável pela emissão da licença ora pretendida.

3.3 Além disso, vale destacar que a emissão da Licença Ambiental tem objetivo de não comprometer o meio ambiente e a saúde pública da localidade.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	339039-22
5.1.2	Fonte de Recurso:	150100000000
5.1.2	Programa de Trabalho:	09001.0412200012.039 – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS CEMITÉRIOS

As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

6. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 A empresa contratada deverá realizar a implantação de 08 (oito) poços de monitoramento do aquífero no Cemitério São João Batista, de acordo com a NBR 13895. Os poços deverão estar localizados próximos (raio de 5 metros) das seguintes coordenadas UTM: P1 - 23K 754517 m E 7533169 m S;

P2 – 754504 m E 7533125 m S;

P3 – 754489 m E 7533073 m S;

P4 – 754468 m E 7533170 m S;

P5 – 754455 m E 7533126 m S;

P6 – 754438 m E 7533070 m S;

P7 – 754412 m S 7533202 m S;

P8 – 754401 m S 7533160 m S.

6.2 Durante a perfuração dos poços é importante observar a existência de rede de drenagem e/ou esgoto local, em especial no entorno do P4 e P6.

6.3 Além disso, a empresa deverá apresentar um Relatório de Investigação Geoambiental contendo:

6.3.1 Caracterização geomorfológica (geologia básica da área; sondagem mecânica para caracterização da litologia do substrato em número adequado à área e realizada de acordo com a NBR 8036;

6.3.2 Caracterização hidrológica (levantamento topográfico e medição do nível do aquífero dos oito poços, medindo no fim da estação de cheias: dados sobre o coeficiente de permeabilidade do subsolo; mapa potenciométrico e direção de fluxo da água subterrânea);

6.3.3 Caracterização de área contaminada (coleta de amostras de água nos oito poços para análise dos parâmetros de interesse: condutividade elétrica, sólidos totais



dissolvidos, pH, cor aparente, cloretos, fosfatos, fosfato total, cromototal, ferro total, nitrogênio amoniacal, coliformes totais, coliformes fecais, bactérias heterotróficas, Clostridium perfringens. DBO e DQO; Resultado das análises laboratoriais emitido por laboratório credenciado; delimitação da pluma de contaminação);

6.3.4 Caso a empresa contratada encontre a necessidade de alteração da localização ou perfuração de novos poços, deverá apresentar justificativa técnica no processo.

6.4 O relatório, bem como a perfuração dos poços deverão ser realizados por empresa especializada. Os profissionais envolvidos deverão emitir anotação de responsabilidade técnica – ART.

6.5 A implantação dos 08 (oito) poços, bem como a entrega do Relatório de Investigação Geoambiental deverá ser concluída no **prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias**.

6.6 As empresas interessadas no certame poderão realizar prévio levantamento geral das condições do terreno do Cemitério São João Batista, realizando visita técnica para conhecimento e elaboração de sua proposta de preços.

6.7 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais.

7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 A prestação do serviço se dará no local arrolado abaixo:

7.1.1 Cemitério São João Batista: Rua Augusto Severo, nº 02 - Centro, Nova Friburgo - RJ;

8. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

8.2 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº313 de 10 de outubro de 2019 e Decreto Municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as Certidões listadas abaixo estejam dentro da validade.

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal- abrangem as Contribuições Sociais; FGTS; PGE- Referente Dívida Ativa Estadual; Municipal- referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual -CND- referente ao ICMS.



8.3 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

8.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DESPESAS INDIRETAS, REMUNERAÇÃO E IMPOSTOS:

9.1 Na definição do preço ofertado, a Contratada deverá considerar os custos indiretos, a remuneração da empresa, bem como os impostos incidentes segundo a legislação tributária Federal, Estadual e Municipal vigentes.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.2 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

10.3 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

10.4 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.6 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.7 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.8 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:



11.2 Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Serviços Públicos quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

11.3 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, para representá-la na execução do Contrato;

11.4 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.5 Dispor de profissional qualificado para supervisão do projeto. Este deverá ter a competência mínima designada pelo órgão de classe competente. Esta exigência se adequa à necessidade da Secretaria de Serviços Públicos, pela importância e conhecimento especializado que este tipo de profissional possui, como responsável técnico;

11.6 Arcar com toda despesa e responsabilidade pela remoção e transporte de todo e qualquer equipamento que precise ser retirado para conserto, com a prévia autorização e comunicação aos fiscais do contrato;

11.7 Fornecer insumos operacionais dos equipamentos, tais como, óleos, filtros, correias, mangueiras e outros que se façam necessários;

11.8 Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência, acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;

11.9 A empresa contratada deverá obrigatoriamente treinar os funcionários para que, na hipótese de paralisação de qualquer equipamento, este consiga resolver o problema de forma temporária, até a chegada do técnico, dentro do período nunca superior de 24 (vinte e quatro) horas;

11.10 Na ocasião de paralisação deverá a CONTRATADA enviar um técnico para revisão e resolução do problema em período nunca superior a 24 (vinte e quatro) horas;

11.11 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.12 A contratada indicará no ato da assinatura do contrato os responsáveis técnicos que realizarão os serviços.

11.13 Cabe lembrar que os responsáveis técnicos responsáveis pela realização do serviço, obrigatoriamente deverão ser devidamente registrados nos seus respectivos órgãos de classe, e deverão emitir a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.



11.14 Fornecer à Secretaria de Serviços Públicos os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da Secretaria de Serviços Públicos;

11.15 Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos;

11.16 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

11.17 Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existentes na edificação (pisos e paredes);

11.18 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

11.19 Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

11.20 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

11.21 Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

11.22 Fornecer ferramentas, equipamentos, cilindros, utensílios e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional para o município, incluindo serviços de instalação/adequação elétrica, hidráulica e de alvenaria;

11.23 A CONTRATADA deverá garantir a utilização de EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) de acordo com a legislação vigente;

11.24 Todo e qualquer dano causado ao patrimônio público ou privado, ocorrido durante a execução dos serviços contratados será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

11.25 Caso haja necessidade de aumento de pessoal ou equipamento, durante a execução do contrato, para o seu cumprimento, tais aumentos correrão a expensas da CONTRATADA, não cabendo nenhuma alteração dos preços contratados;



11.26 Durante a execução dos serviços, é absolutamente vedada, por parte do pessoal da CONTRATADA, a execução de tarefas que não sejam objeto deste Termo de Referência, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções contratuais;

11.27 O município, mediante solicitação formal, poderá, a qualquer momento, exigir a substituição de qualquer empregado disponibilizado pela CONTRATADA, cuja conduta, pela análise da Fiscalização da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, tal substituição deverá ser efetivada num prazo de até 05 (cinco) dias;

11.28 Os equipamentos adequados e necessários à execução do serviço deverão ser dimensionados de forma a serem suficientes em capacidade e qualidade, para atender, de maneira adequada, à execução dos serviços;

11.29 A CONTRATADA deve dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança do trabalho;

11.30 Utilizar nos equipamentos peças genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior, por ocasião da execução de manutenção corretiva;

11.31 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA (EXEMPLO), em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

11.32 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no órgão de classe, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados.

12. SEGUROS

12.1 A Contratada deverá ser responsável pelos danos/prejuízos/acidentes causados a terceiros, seja qual forma for, contratando seguro para cobertura dos respectivos.

13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras,



inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

15.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Luiza Pereira Silva	115.254	Gestor titular
Mariana Martins dos Santos	062.732	Gestor substituto
Kassius Marcellus Fersura Sampaio	063.154	Fiscal titular
Luciana Rodrigues Martins	062.205	Fiscal substituto

15.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

15.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

15.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da



Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

17. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

17.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

18.2 Comete infração administrativa a contratada que:

18.2.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.2.2 Apresentar documentação falsa;

18.2.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.2.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.2.5 Não mantiver a proposta;

18.2.6 Cometer fraude fiscal;

18.2.7 Comportar-se de modo inidôneo;

18.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

18.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:



18.5 Advertência;

18.6 Multa:

18.6.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

18.6.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

18.6.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

18.6.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

18.7 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

18.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

18.9 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

18.10 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

18.11 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.



20. DA RESCISÃO

20.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte da Empresa, assegurará a Secretaria Municipal de Serviços Públicos o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

20.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

20.3 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

20.4 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

20.5 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

21.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Nova Friburgo/RJ, 30 de maio de 2023.

GESTOR E APOIO TÉCNICO

Luiza Pereira Silva

Matr.: 115.254

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Marcelo da Silva Pereira

Secretário Municipal de Serviços Públicos

Matr.: 100.530